

CARAVANA DO SINTRAJUD

7 a 9 de abril

Vamos a Brasília com os demais federais

Servidores do Judiciário Federal de SP vão participar das manifestações conjuntas. Haverá ato na Baixada Santista

O governo quer enfrentar a crise econômica fazendo superávit primário. Corta despesas para economizar e assegurar recursos para pagar os juros e as amortizações das dívidas públicas.

Com a economia estagnada – o que vai piorar com a elevação da taxa de juros – e a tributação já muito alta, não há como fazer superávit aumentando a arrecadação. A solução é cortar no orçamento. E o alvo escolhido pelo governo Dilma Rousseff para isso já está definido: são os trabalhadores, seja pelo contingenciamento do orçamento para os serviços públicos, pela aprovação de medidas provisórias que reduzem direitos trabalhistas e previdenciários (MP 664 e 665) ou por meio da desvalorização salarial.

Para fazer isso, não há muita crise entre o governo do PT e PMDB e a oposição do PSDB e DEM. Tanto que dois dias após o senador Aécio Neves saudar as manifestações do dia 15 de março e dizer que vai sangrar a presidente Dilma até o fim do mandato, estes mesmos partidos, governo e oposição, fecharam um acordo para aprovar a lei orçamentária de 2015.

Ninguém dentre eles criticou a destinação de 47% do orçamento para pagar as despesas da dívida pública a credores – a maioria deles especuladores do sistema financeiro. Para isso tem dinheiro, para reajustar os salários dos servidores, não.

Daí o bloqueio de Dilma a projetos salariais como o do Judiciário Federal. A tarefa posta aos servidores não é fácil: para vencer essa barreira é preciso derrotar ao menos parcialmente a política de ajuste fiscal aplicada pelo governo sob o comando de Joaquim Levy, da Fazenda, hoje o mais poderoso dos ministros.

Por isso a urgência de a categoria se mobilizar. Por isso, a necessidade de defendermos as nossas pautas junto com os servidores de outros segmentos. Temos pontos em comum a defender. Lutemos juntos para agregar forças. Vamos participar da jornada de mobilização da campanha salarial unificada, de 7 a 9 de abril. O Sintrajud enviará caravana a Brasília. Haverá ato na Baixada Santista. Não dá pra ver tudo isso acontecer e ficar parado. Participe.

Presidente da Câmara quer votar PL que permite “terceirizar tudo”



O projeto de lei que abre caminho para que todos os postos de trabalho possam ser terceirizados voltou a ser pautado na Câmara dos Deputados e pode ir a voto em plenário no dia 7 de abril. Há um lobby de empresários em Brasília para que isso aconteça, interessados na precarização das relações de trabalho e na redução de direitos. A eventual aprovação do projeto poderá ter efeito também sobre os serviços públicos – já que amplia as áreas legalmente terceirizáveis.

Sindicatos, a CSP-Conlutas e outras centrais sindicais preparam manifestações para essa data na capital federal para exigir que o PL 4330/2004 não seja apreciado. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), já disse que quer votar a proposta direto no plenário.

O parlamentar responde a processo no STF por suposta participação no esquema de corrupção na Petrobras. Investigado pela Polícia Federal na operação Lava-Jato, Cunha é acusado de receber propina de empreiteiras – um dos setores da economia mais interessados na aprovação de um projeto que fixe novas normas para a terceirização. É ele quem vai conduzir a

Lugar da indignação é na rua

Reajuste só para juízes, parlamentares, ministros e presidente. Decisão contra os quintos. Orçamento sem previsão de reajuste. É hora de reagir.

Fábia Corrêa

Eles ficam com o aumento, os servidores com as metas. É isso que a cúpula dos três poderes vem impondo aos servidores do Judiciário Federal. Mas como se isso fosse pouco, ainda tentam cassar o direito consolidado à incorporação dos quintos de parte da categoria e, no TRT, votam contra a redução da jornada dizendo que isso seria aumento salarial indireto.

A aprovação do orçamento de 2015 sem previsão de recursos, quaisquer que fossem, para o projeto salarial mostrou que, para atacar os servidores, o governo petista e oposição tucana estão juntos. A pressão para que o PL 7920 fosse aprovado na Comissão de Justiça da Câmara deu resultados. Mas sabemos que isso é pouco. Continuaremos pressionando os parlamentares, mas só haverá reajuste se forcarmos o governo a ceder.

O fato é que isso vem causando uma enorme indignação na categoria. Mas só se indignar não basta. É preciso transformar esse sentimento em reação. É preciso abraçar a campanha salarial que se inicia. A última parcela dos 15,8% saiu. A inflação para esse ano está sendo estimada em 8%. Com a economia estagnada ou até encolhendo, o governo diz que quer condicionar qualquer reajuste salarial para os servidores ao PIB – mas e se o PIB for negativo, vão propor reduzir os salários?

Se nada fizermos, nossos salários vão derreter. E o governo ainda cortar mais direitos trabalhistas e previdenciários. É preciso dar um basta nisso. Participe da campanha salarial. Participe dos protestos da jornada de lutas, de 7 a 9 de abril. Lugar da indignação é na rua.



20.03.15 - Manifestação conjunta com os demais servidores federais, na JF Pedro Lessa

Quintos: vamos brigar para manter as conquistas

Não vai ser fácil, mas o Sintrajud vai lutar política e juridicamente para que a decisão do Supremo Tribunal Federal contra a incorporação dos quintos não incida sobre ações em execução ou ameacem os valores incorporados. Há base legal e jurisprudência para isso. Mas a decisão do STF foi muito mais política do que jurídica. Então é bem provável que o governo tente, por meio da Advocacia-Geral da União, barrar

execuções e reduzir salários.

O advogado Rudi Cassel, que assessora o Sintrajud, um dos três que fizeram a defesa oral no julgamento no STF, disse que a AGU já tentou barrar execuções semelhantes no Superior Tribunal de Justiça e perdeu. “Não cabem ações rescisórias só por conta da repercussão geral”, afirma. “Mas na Justiça nada é matemático”, alerta, ressaltando ainda que não confia no Supremo.

Ato na Baixada Santista

Dia 8 de abril, às 12 h, no JF Santos

Caravana a Brasília de 7 a 9 de abril

Faça contato com o sindicato e participe.

Não à retirada de direitos! Pela derrubada das MPs 664 e 665

Todo apoio à greve dos professores. Negocia, Alckmin!